

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	47
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	49
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	50
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	343.000
Preferenciais	240.000
Total	583.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	191.793	194.917
1.01	Ativo Circulante	56.488	58.174
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	54	448
1.01.02	Aplicações Financeiras	5.832	5.660
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	5.832	5.660
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	5.832	5.660
1.01.03	Contas a Receber	22.168	23.811
1.01.03.01	Clientes	22.168	23.811
1.01.04	Estoques	23.032	21.542
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.173	4.737
1.01.07	Despesas Antecipadas	61	147
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.168	1.829
1.01.08.03	Outros	1.168	1.829
1.02	Ativo Não Circulante	135.305	136.743
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.152	2.825
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	365	964
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.787	1.861
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	245	377
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	225	183
1.02.01.09.05	Outros Créditos	1.317	1.301
1.02.02	Investimentos	13.817	13.817
1.02.02.01	Participações Societárias	139	139
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	139	139
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	13.678	13.678
1.02.03	Imobilizado	118.991	119.747
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	118.991	119.747
1.02.04	Intangível	345	354

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	191.793	194.917
2.01	Passivo Circulante	119.620	117.351
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	23.350	22.076
2.01.02	Fornecedores	16.041	16.500
2.01.03	Obrigações Fiscais	17.839	15.771
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	60.725	61.725
2.01.05	Outras Obrigações	1.665	1.279
2.02	Passivo Não Circulante	53.045	55.560
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	27.962	29.908
2.02.02	Outras Obrigações	15.658	15.142
2.02.02.02	Outros	15.658	15.142
2.02.02.02.03	Parcelamento de Tributos	15.658	15.142
2.02.03	Tributos Diferidos	7.570	8.655
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.570	8.655
2.02.04	Provisões	1.855	1.855
2.03	Patrimônio Líquido	19.128	22.006
2.03.01	Capital Social Realizado	9.214	9.214
2.03.03	Reservas de Reavaliação	1.342	1.501
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-27.226	-24.702
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	35.798	35.993

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	28.898	33.339
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-22.741	-25.457
3.03	Resultado Bruto	6.157	7.882
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.617	-4.380
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.906	-2.695
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.962	-1.891
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	251	206
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.540	3.502
3.06	Resultado Financeiro	-5.504	-6.924
3.06.01	Receitas Financeiras	1.138	536
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.642	-7.460
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-3.964	-3.422
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.086	-32
3.08.02	Diferido	1.086	-32
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.878	-3.454
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-2.878	-3.454
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-4,94	-5,92
3.99.01.02	PN	-4,94	-5,92

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	-2.878	-3.454
4.03	Resultado Abrangente do Período	-2.878	-3.454

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.497	1.310
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.340	-1.934
6.01.01.01	Resultado Líquido	-2.878	-3.454
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.642	1.703
6.01.01.03	Variação Cambial	-104	-183
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	4.837	3.244
6.01.02.01	Clientes	1.644	-4.093
6.01.02.02	Estoques	-1.490	-661
6.01.02.03	Fornecedores	-460	1.532
6.01.02.04	Outros	5.143	6.466
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.049	-1.522
6.02.01	Aquisição Imobilizado	-1.400	-1.611
6.02.03	Baixa de Imobilizado	523	89
6.02.04	Aplicação Financeiras sem Liquidez Imediata	-172	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.842	1.520
6.03.01	Aumento/(Redução) de Empréstimos	-2.842	1.520
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-394	1.308
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	448	251
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	54	1.559

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.214	0	0	-24.702	37.494	22.006
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.214	0	0	-24.702	37.494	22.006
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.878	0	-2.878
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.878	0	-2.878
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	354	-354	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	30	-30	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-10	10	0
5.06.04	Realização do Custo Atribuído	0	0	0	506	-506	0
5.06.05	Realização dos Tributos Diferidos Sobre o Custo Atribuído	0	0	0	-172	172	0
5.07	Saldos Finais	9.214	0	0	-27.226	37.140	19.128

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.214	0	49	-19.920	39.068	28.411
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.214	0	49	-19.920	39.068	28.411
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.454	0	-3.454
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.454	0	-3.454
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	588	-395	193
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	69	-69	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	17	17
5.06.04	Realização do Custo Atribuído	0	0	0	519	-519	0
5.06.05	Realização dos Tributos Diferidos Sobre o Custo Atribuído	0	0	0	0	176	176
5.07	Saldos Finais	9.214	0	49	-22.786	38.673	25.150

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	37.759	44.048
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	37.751	44.041
7.01.02	Outras Receitas	0	7
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	8	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-14.162	-19.727
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-5.905	-10.010
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.536	-9.717
7.02.04	Outros	279	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	23.597	24.321
7.04	Retenções	-1.642	-1.702
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.642	-1.702
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	21.955	22.619
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.138	787
7.06.02	Receitas Financeiras	1.138	787
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	23.093	23.406
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	23.093	23.406
7.08.01	Pessoal	10.527	9.922
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.646	7.989
7.08.01.02	Benefícios	1.340	1.369
7.08.01.03	F.G.T.S.	541	564
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.676	9.440
7.08.02.01	Federais	4.897	5.099
7.08.02.02	Estaduais	3.755	4.272
7.08.02.03	Municipais	24	69
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.768	7.498
7.08.03.01	Juros	6.642	7.460
7.08.03.02	Aluguéis	126	38
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-2.878	-3.454
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-2.878	-3.454

Comentário do Desempenho**COMENTÁRIO DO DESEMPENHO****1 – RECEITA LIQUIDA**

As vendas liquidas neste 1º trimestre de 2012 obtiveram uma redução de -13,32% com relação ao mesmo período de 2011. O segmento de montadoras, linha pesada e máquinas agrícolas, obteve uma acentuada redução no primeiro trimestre, puxado principalmente pela queda no mercado interno, em face da adequação do mercado a mudança dos motores do EURO 3 para o EURO 5.

DESCRIÇÃO	1T2011	1T2012	Variação
Mercado de Montadoras	21.055	14.143	-32,83%
Mercado de Reposição	8.805	9.550	8,46%
Mercado Externo	3.479	5.205	49,61%
RECEITA LIQUIDA	33.339	28.898	-13,32%

2 – CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

O custo dos produtos vendidos (CPV) deste primeiro trimestre de 2012 atingiu R\$ 22.741 mil (R\$ 25.457 mil em 2011), representando 78,69% da Receita Operacional Líquida (76,36% em 2011). A redução dos volumes de vendas contribuíram para o aumento registrado neste indicador.

DESCRIÇÃO	1T2010	2T2010	3T2010	4T2010	1T2011	2T2011	3T2011	4T2011	1T2012
CPV	19.493	24.126	23.886	23.443	25.457	27.744	28.888	25.890	22.741
% s/ ROL	72,70%	77,34%	75,21%	79,30%	76,36%	76,36%	73,10%	76,23%	78,69%

3 – DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais compreendem as despesas gerais, administrativas e comerciais, somaram R\$ 4.617 mil neste 1º trimestre de 2012 (R\$ 4.632 mil em 2011), absorvendo 15,98% da receita operacional líquida (ROL).

DESCRIÇÃO	1T2010	2T2010	3T2010	4T2010	1T2011	2T2011	3T2011	4T2011	1T2012
Desp. Operacionais	3.828	3.718	2.439	3.932	4.632	4.133	4.794	2.120	4.617
% s/ ROL	14,28%	11,92%	7,68%	13,30%	13,89%	11,38%	12,13%	6,24%	15,98%

Comentário do Desempenho

4 – EBITDA

No primeiro trimestre de 2012, o EBITDA atingiu R\$ 3.146 mil (R\$ 4.945 mil em 2011). Observa-se uma redução de -36,38% frente ao mesmo período de 2011.

DESCRIÇÃO	1T2010	2T2010	3T2010	4T2010	1T2011	2T2011	3T2011	4T2011	1T2012
EBITDA	5.106	4.998	7.000	4.561	4.945	6.093	7.748	7.308	3.146

O redução do EBITDA, é reflexo direto da queda das vendas dos produtos da Cia comentados no item 1 e 2.

5 – RECEITA/DESPESAS FINANCEIRAS

As despesas financeiras liquidas da empresa neste primeiro trimestre de 2012 atingiram R\$ 5.504 mil, representando 19,05% da ROL, contra R\$ 6.924 mil, do primeiro trimestre de 2011 representando 20,39% da ROL. A Cia vem empreendo esforços no sentido de reestruturar seu endividamento oneroso, buscando com isto redução nas despesas financeiras.

6 – LUCRO OPERACIONAL E RESULTADO LIQUIDO

Neste primeiro trimestre de 2012 a empresa apresentou um lucro operacional, desconsiderando-se os efeitos financeiros, de R\$ 1.540 mil representando 5,33% da receita operacional líquida. Em 2011 o lucro operacional do primeiro trimestre foi de R\$ 3.502 mil, que representa 10,31% sobre a receita operacional líquida.

O resultado líquido deste primeiro trimestre de 2012 foi de R\$ -2.878 mil negativos, contra R\$ -3.454 mil negativos de 2011.

DESCRIÇÃO	1T2011	1T2012
Lucro/Prej. Operacional	3.502	1.540
% s/ ROL	10,31%	5,33%
Lucro/Prej. Líquido	-3.454	-2.878
% s/ ROL	-10,17%	-9,96%

7 – CICLOS FINANCEIROS – DIAS

Os ciclos financeiros em dias comparativos do 1º trimestre são como segue:

DESCRIÇÃO	1T2011	1T2012	Variação
Prazo Médio de Recebimento	39	31	-8
Prazo Médio de Pagamento	55	43	-12

Comentário do Desempenho

8 – INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados pela Riosulense neste primeiro trimestre de 2012 totalizaram R\$ 1.400 mil. Estes recursos foram destinados para aquisição de máquinas e ferramentais necessários a produção.

9 – RECURSOS HUMANOS

Em 31/12/2011, o quadro de colaboradores era de 1.125 contra 1.139 em 31/03/2012, mantendo assim o seu quadro de acordo com as necessidades da demanda.

10 – PERSPECTIVAS

O ano de 2012 iniciou de forma mais moderada no setor automobilístico, em face ao início de aplicação do Proconve 7, (Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores) que, com isto, ter-se-á a nova linha de motores Euro 5.

Todavia, mesmo diante das dificuldades iniciais, 2012 também será um ano de muitas oportunidades para a Companhia, que visualiza um cenário de crescimento, principalmente no 2º. Semestre, quando acredita-se que a economia interna esteja aquecida. Neste sentido, a empresa estará direcionando ações para melhor atender as necessidades que surgirão no mercado, destacando-se principalmente:

- a) Ambiente interno: neste ambiente, fortalece-a a evolução no sistema de gestão, com o contínuo aprimoramento nos processos produtivos, com os devidos ganhos de produtividade e competitividade, melhoria contínua, redução de custos e aprimoramento na Gestão da Cia.
- b) Ambiente externo: ênfase no desenvolvimento de novos negócios, tanto para os mercados e produtos atuais como também na busca de novos nichos e produtos, beneficiando-se para isto, das tecnologias e estrutura já disponíveis no atual parque fabril. Estas ações darão suporte ao crescimento e a recuperação dos mercados.

Além destas ações, a Companhia continuará com a estratégia de contenção de gastos, cujos limites estão enquadrados no planejamento orçamentário anual e, também continuará controlando os investimentos, que para o ano de 2012, o limite está vinculado ao valor da depreciação prevista para o ano (R\$ 6,7 milhões).

Alinhando as tendências de crescimento, os sólidos fundamentos econômicos do país e os trabalhos relatados nos ambientes interno e externos, a empresa atingirá sua solidez financeira.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE MARÇO DE 2012**
(Em Milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.

Balanço Patrimonial Ativo

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais

	Nota	31/03/2012	31/12/2011
Ativo			
Ativo circulante		56.488	58.174
Caixa e equivalentes de caixa	5	54	448
Aplicações financeiras	5	5.832	5.660
Clientes	6	22.168	23.811
Estoques	7	23.032	21.542
Impostos a recuperar	8	4.173	4.737
Outros créditos		1.168	1.829
Despesas antecipadas		61	147
Ativo não circulante		135.305	136.743
Realizável a longo prazo		2.152	2.825
Aplicações financeiras	5	365	964
Impostos a recuperar	8	245	377
Depósitos judiciais	18	225	183
Outros créditos	20	1.317	1.301
Investimentos		13.817	13.817
Propriedade para investimentos	9	13.678	13.678
Outros investimentos		139	139
Imobilizado	10	118.991	119.747
Intangível	11	345	354
Total do ativo		191.793	194.917

Notas Explicativas**METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.**

Balanço Patrimonial Passivo

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais

	Nota	31/03/2012	31/12/2011
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante		119.620	117.351
Fornecedores	12	16.041	16.500
Empréstimos e financiamentos	13	60.725	61.725
Obrigações sociais e trabalhistas	14	23.350	22.076
Obrigações tributárias	15	10.653	9.374
Parcelamento tributário	16	7.186	6.397
Outras obrigações		1.665	1.279
Passivo não circulante		53.045	55.560
Empréstimos e financiamentos	13	27.962	29.908
Parcelamento tributário	16	15.658	15.142
Impostos diferidos	17	7.570	8.655
Provisão para contingências	18	1.855	1.855
Patrimônio líquido		19.128	22.006
Capital social	19	9.214	9.214
Ajustes de avaliação patrimonial	19	37.140	37.494
Prejuízos acumulados		(27.226)	(24.702)
Total do passivo e patrimônio líquido		191.793	194.917

As notas explicativas são parte integrante das Informações trimestrais.

Notas Explicativas**METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.**

Demonstração do resultado

Período de três meses findos em 31 de março de 2012 e 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/03/2012	31/03/2011
Operações em continuidade			
Receita operacional líquida	21	28.898	33.339
(-) Custos dos produtos/serviços vendidos	22	(22.741)	(25.457)
Resultado bruto		6.157	7.882
Despesas com vendas e distribuição	22	(2.906)	(2.695)
Despesas gerais e administrativas	22	(1.962)	(1.891)
Outras receitas e despesas operacionais	23	251	206
Resultado antes do resultado financeiro		1.540	3.502
Receitas financeiras	24	1.138	536
Despesas financeiras	24	(6.642)	(7.460)
Resultado antes dos impostos		(3.964)	(3.422)
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	17	1.086	(32)
Prejuízo do período		(2.878)	(3.454)
Prejuízo por ação, básico e diluído (em R\$)		(2.878)	(3.454)
Ações ordinárias	25	(4,94)	(5,92)
Ações preferenciais	25	(4,94)	(5,92)

As notas explicativas são parte integrante das Informações trimestrais.

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de 1 de janeiro a 31 de março de 2012

Em milhares de reais

	Capital social integralizado	Reserva de capital	Reserva de lucro	Ajuste aval. patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido Total
Saldos apresentado em 1 de janeiro de 2012	9.214	-	-	37.494	(24.702)	22.006
Prejuízo do período	-	-	-	-	(2.878)	(2.878)
Realização da reavaliação	-	-	-	(30)	30	-
Realização dos tributos diferidos sobre a reavaliação	-	-	-	10	(10)	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	(506)	506	-
Realização dos tributos diferidos sobre o custo atribuído	-	-	-	172	(172)	-
Saldos em 31 de março de 2012	9.214	-	-	37.140	(27.226)	19.128

As notas explicativas são parte integrante das Informações trimestrais.

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de 1 de janeiro a 31 de março de 2011

Em milhares de reais

	Capital social integralizado	Reserva de capital	Reserva de lucro	Ajuste aval. patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido Total
Saldos em 1 de janeiro de 2011	9.214	-	49	39.068	(19.920)	28.411
Prejuízo do período	-	-	-	-	(3.454)	(3.454)
Realização da reavaliação	-	-	-	(69)	69	-
Realização dos tributos diferidos sobre a reavaliação	-	-	-	17	-	17
Realização do custo atribuído	-	-	-	(519)	519	-
Realização dos tributos diferidos sobre o custo atribuído	-	-	-	176	-	176
Saldos em 31 de março de 2011	9.214	-	49	38.673	(22.786)	25.150

As notas explicativas são parte integrante das Informações trimestrais.

Notas Explicativas**METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.**

Demonstração dos fluxos de caixa

Período de três meses findos em 31 de março de 2012 e 2011

Em milhares de reais

	31/03/2012	31/03/2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
<i>Itens do resultado que não afetam o caixa:</i>	<i>(1.340)</i>	<i>(1.934)</i>
Prejuízo do período	(2.878)	(3.454)
Depreciação e amortização	1.642	1.703
Variação cambial	(104)	(183)
<i>Ajustes de capital de giro:</i>	<i>4.837</i>	<i>3.244</i>
Redução/(aumento) de clientes	1.644	(4.093)
Redução/(aumento) dos estoques	(1.490)	(661)
Redução/(aumento) de outros ativos	1.984	1.726
Aumento/(redução) de fornecedores	(460)	1.532
Aumento/(redução) de obrigações societárias e trabalhistas	1.274	(5.603)
Aumento/(redução) de obrigações tributárias	1.499	3.582
Aumento/(redução) de outras variações de passivos	386	6.761
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais	3.497	1.310
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(1.400)	(1.611)
Baixa de imobilizado	523	89
Aplicações financeiras sem liquidez imediata	(172)	-
Fluxo de caixa líquido aplicados em atividades de investimento	(1.049)	(1.522)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Reversão de impostos diferidos	-	193
Captação de empréstimos e financiamentos	31.173	27.846
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(37.059)	(30.427)
Juros e sobre empréstimos e financiamentos	3.044	3.908
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de financiamento	(2.842)	1.520
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(394)	1.308
Caixa e equivalentes no início do período	448	251
Caixa e equivalentes no fim do período	54	1.559
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(394)	1.308

As notas explicativas são parte integrante das Informações trimestrais.

Notas Explicativas**METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.**

Demonstração de valor adicionado

Período de três meses findos em 31 de março de 2012 e 2011

Em milhares de reais

	31/03/2012	31/03/2011
Receitas	37.759	44.048
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	37.751	44.041
Outras receitas	-	7
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	-
Insumos adquiridos de terceiros	(14.162)	(19.727)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(5.905)	(10.010)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(8.536)	(9.717)
Outras	279	-
Valor adicionado bruto	23.597	24.321
Depreciação e amortização	(1.642)	(1.702)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	21.955	22.619
Valor adicionado recebido em transferência	1.138	787
Receitas financeiras	1.138	787
Valor adicionado total a distribuir	23.093	23.406
Pessoal	10.527	9.922
Remuneração direta	8.646	7.989
Benefícios	1.340	1.369
F.G.T.S	541	564
Impostos, taxas e contribuições	8.676	9.440
Federais	4.897	5.099
Estaduais	3.755	4.272
Municipais	24	69
Remuneração de capitais de terceiros	6.768	7.498
Juros	6.642	7.460
Aluguéis	126	38
Remuneração de capitais próprios	(2.878)	(3.454)
Prejuízo do período	(2.878)	(3.454)

As notas explicativas são parte integrante das Informações trimestrais.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

Fundada em abril de 1946, a Metalúrgica Riosulense S.A. (a “Companhia” ou “Riosulense”) é uma sociedade anônima de capital aberto e tem como principal atividade a fabricação de peças e acessórios de alta precisão para veículos automotores e correlatos, através da fundição metais ferrosos e não ferrosos, com fornecimento para o mercado interno e externo de montadoras e reposição. A Companhia tem suas ações negociadas na BM&FBovespa sob o código “ON RSUL3” e “PN RSUL4”.

A Metalúrgica Riosulense S.A. está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o 85.778.074/0001-06, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 42300008478. Está sediada na cidade de Rio do Sul /SC, Rua Emílio Adami, 700, Barra do Trombudo, CEP 89.160-000, onde se localiza também sua unidade fabril.

Em 31 de março de 2012 a Companhia apresenta um passivo circulante de R\$119.620 em contraposição ao ativo circulante de R\$56.488, gerando passivos circulantes superiores em R\$63.133 (59.175 em 31 de dezembro de 2011).

Apoiado no planejamento estratégico para os próximos anos, a Companhia vem adotando diversas ações para recuperação de sua lucratividade e capacidade de geração de caixa, destacando-se as seguintes frentes de trabalhos:

a) Reestruturação do sistema de gestão produtiva: Aperfeiçoamento do controle interno do processo de planejamento da produção, treinamento dos profissionais, integração entre das áreas produtivas, harmonizando o fluxo de produção e gerando estabilidade dos processos produtivos, resultando na redução de custos fixos e variáveis.

b) Ampliação da participação no mercado: Ampliação dos mercados e produtos já existentes e desenvolvimento de novos mercados e novos produtos, através das tecnologias disponíveis no parque fabril, ampliando principalmente a participação da Companhia no mercado interno de reposição.

c) Despesas financeiras: Alongamento do endividamento da Companhia através da captação de novas linhas de créditos, harmonizando as despesas financeiras e equilibrando o resultado da Companhia.

Além destas ações, a Companhia continuará com a estratégia de contenção de gastos, cujos limites estão enquadrados no planejamento orçamentário anual e, também continuará controlando os novos investimentos.

A Administração também está fortemente focada no gerenciamento do fluxo de caixa com a renegociação das dívidas tributárias e instituições financeiras de curto e longo prazo.

As informações trimestrais para o período findo em 31 de março de 2012 foram autorizadas para emissão de acordo com reunião com Conselho de Administração que ocorreu em 15 de maio de 2012.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis

As informações trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

A preparação das informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis, suportadas por avaliações e julgamento da Administração, para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras, sendo as mais relevantes divulgadas na nota explicativa 3.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e elaboração dessas informações trimestrais estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Transações em moedas estrangeiras

As informações trimestrais são mensuradas e estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, devido ao ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual são realizadas suas principais operações.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional (Reais - R\$) em vigor na data do balanço. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos períodos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, banco conta vinculada, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

a) Reconhecimento inicial e mensuração dos ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Notas Explicativas

b) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Expirarem o direito de receber fluxos de caixa do ativo;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

a) Reconhecimento inicial e mensuração dos passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.3 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge. Em caso afirmativo, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia designa certos derivativos como:

- (a) hedge do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou um compromisso firme (hedge de valor justo);
- (b) hedge de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (hedge de fluxo de caixa); ou
- (c) hedge de um investimento líquido em uma operação no exterior (hedge de investimento líquido).

Notas Explicativas

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de hedge. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do hedge como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de hedge são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge.

O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge for inferior a 12 meses. Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco hedgeado.

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado. As operações de hedge de investimentos líquidos em operações no exterior são contabilizadas de modo semelhante às de hedge de fluxo de caixa.

2.4 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando relevantes em relação às Informações trimestrais tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto e, desta forma, não registrou nenhum ajuste.

2.5 Classificação de itens circulantes e não circulantes

No balanço patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

2.6 Caixa e Equivalentes de Caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Notas Explicativas

2.7 Clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. Inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e pela provisão para perda, quando necessário. A provisão com perdas é calculada com base em análise do risco dos créditos, que considera o prazo de vencimento, as duplicatas vencidas, a liquidez de mercado, o nível do crédito, e a expectativa de recuperação dos recebíveis, sendo suficiente para cobrir perdas sobre os valores a receber.

2.8 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de produção ou aquisição e estão registrados pelo menor valor entre o custo médio e o valor líquido realizável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas. As provisões de estoques para baixa rotatividade e obsolescência são mensuradas com base em relatórios auxiliares que compreendem movimentação dos estoques e reposição desses no mercado e são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.9 Investimento

a) Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são mantidas para auferir aluguel ou para valorização do capital. Não são mantidas para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, finalidades administrativas ou venda no curso ordinário do negócio.

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

b) Outros investimentos

Os demais investimentos são avaliados pelo método de custo e submetidos ao teste de recuperabilidade (impairment), sendo reduzidos ao valor recuperável quando aplicável.

Notas Explicativas

2.10 Imobilizado

Os ativos imobilizados estão avaliados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo encargos financeiros de empréstimos que financiaram a aquisição ou construção desses ativos, quando aplicável (vide nota 2.15). Os ativos imobilizados são apresentados deduzidos das respectivas depreciações, com exceção de terrenos, que não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

Os gastos com manutenção ou reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesas, quando ocorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica dos bens. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.11 Intangível

São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização e de eventual provisão para ajustá-los a seus prováveis valores de realização, quando necessário. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados levando em conta o prazo estimado de geração de benefícios econômicos futuros, estando sujeito a teste de recuperabilidade anualmente ou sempre que indícios indicarem eventual perda de valor econômico.

a) Marcas e patentes

Correspondem ao custo de registro para o uso de marcas e patentes que são concedidos por períodos indefinidos, assim, consideradas como de vida útil indefinida e sujeito a teste de recuperabilidade anualmente.

b) Programas de computadores (licenças de softwares)

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

2.12 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Notas Explicativas

Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação das Informações trimestrais.

A Companhia realizou o teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, sendo que para estas rubricas não foi destacada necessidade de provisão para impairment.

2.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente e acrescidos de juros, quando aplicável.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

2.15 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando qualificáveis são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.16 Arrendamentos

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

A Companhia não possui arrendamento mercantil operacional.

2.17 Subvenção governamental

As subvenções governamentais, por tratar-se de concessão de empréstimo com juros abaixo do mercado, são reconhecidas conforme as políticas de empréstimos e financiamentos quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas e seus efeitos da assistência governamental são divulgados.

2.18 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.19 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.20 Imposto de Renda e Contribuição Social

Apurados pelo lucro real à razão de 15% sobre o Lucro Tributável e adicional de 10% para o imposto de renda, e de 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

Notas Explicativas

2.21 Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

Impostos	Alíquota
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	7,6%
IPI - Imposto Sobre Produtos Industrializados	entre 5% a 12%
ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7%, 12%, 17% e 25%

2.22 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação de receitas, custos e as despesas correspondentes. As despesas e custos são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e podem ser razoavelmente mensurados.

2.23 Reconhecimento da receita

a) Venda de produtos

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando:

- ocorrer à transferência ao comprador dos riscos e benefícios inerentes à propriedade dos bens;
- o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

b) Receita de aluguel

Receita de aluguel resultante das propriedades para investimentos é contabilizada de forma linear ao longo do prazo dos compromissos de arrendamento mercantil.

2.24 Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações emitidas. Adicionalmente, não existem itens que possam gerar diferenças relevantes entre o lucro (prejuízo) básico e o diluído.

Notas Explicativas

2.25 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de março de 2012

O IASB revisou diversos pronunciamentos contábeis que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das informações trimestrais da Metalúrgica Riosulense S.A. No Brasil, esses pronunciamentos somente serão requeridos após a aprovação do CPC. A Companhia pretende adotar tais normas quando os mesmos entrarem em vigor, entretanto a Companhia antecipou sua análise e não identificou nenhum pronunciamento que impacta significativamente as informações trimestrais da Companhia. Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de encerramento dessas informações trimestrais. Na avaliação da Administração da Companhia, a adoção dessas normas não deverá trazer impactos significativos sobre duas informações trimestrais.

Norma	Em vigor pelo IASB
IAS 1 Apresentação das Informações trimestrais	após 1º de janeiro de 2012
IAS 12 Imposto de Renda	após 1º de janeiro de 2012
IAS 19 Benefícios aos Empregados	após 1º de janeiro de 2013
IAS 27 Informações trimestrais Consolidadas e Individuais	a partir de 1º de janeiro de 2013
IAS 28 Contabilização de Investimentos em associadas e Joint Ventures	a partir de 1º de janeiro de 2013
IFRS 7 Instrumentos Financeiros	a partir de 1º de julho de 2011
IFRS 9 Instrumentos Financeiros	a partir de 1º de janeiro de 2013
IFRS 10 Informações trimestrais Consolidadas	a partir de 1º de janeiro de 2013
IFRS 11 Acordos Conjuntos	a partir de 1º de janeiro de 2013
IFRS 13 Mensuração de Valor Justo	a partir de 1º de janeiro de 2013

3. Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação das informações trimestrais da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações trimestrais.

Contudo, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas informações trimestrais em períodos futuros devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais.

a) Reavaliação de propriedades para investimento

A Companhia apresenta suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia contratou avaliadores independentes especializados para determinar o valor justo em 31 de dezembro de 2011. Para propriedades para investimento, o avaliador utilizou técnica de avaliação de valor mercado dada a natureza das propriedades. O valor justo determinado das propriedades para investimento é sensível ao rendimento estimado, bem como à taxa de vacância de longo prazo.

b) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os

Notas Explicativas

fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

c) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

d) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

e) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

f) Outras premissas

Outras estimativas utilizadas na data do balanço, também incluem:

- i) estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações,
- ii) análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos,
- iii) análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

Notas Explicativas

4. Objetivos e políticas para gestão de riscos de instrumentos financeiros

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

a) Recebíveis: São classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da Companhia e depósitos bancários de livre movimentação, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

b) Aplicações Financeiras: Os Certificados de Depósitos Bancários são classificados como mantidos para negociação e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c) Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes.

d) Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.

e) Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

a) Risco de taxas de câmbio:

A Companhia administra os riscos de mercado através de hedge naturais, visando minimizar a exposição a possíveis perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio;

Análise de sensibilidade da exposição ao câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira nas informações trimestrais de 31 de março de 2012 e, para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário Provável a taxa de mercado vigente no período de elaboração destas demonstrações. Para o cenário Possível esta taxa foi corrigida em 10% e para o cenário Remoto, em 20%. Desta forma, o quadro abaixo demonstra a simulação do efeito de variação cambial na demonstração de resultado.

	Moeda	31/03/2012	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
			Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado
<u>Ativos</u>								
Contas a receber	US\$	2.813	1,90	221	2,09	755	2,28	1.290
<u>Passivos</u>								
Financiamentos	US\$	2.870	1,90	(224)	2,09	(769)	2,28	(1.314)
Efeito no resultado				(3)		(14)		(24)

A análise de sensibilidade da variação cambial está sendo calculada sobre a exposição cambial líquida (basicamente por adiantamentos de contrato de câmbio) e não foi considerado o efeito nos cenários sobre a projeção de vendas de exportação que de certa forma fará frente à eventual perda cambial futura.

b) Risco de taxa de juros:

Para a política de gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis, monitorando continuamente o mercado, a fim de identificar eventual necessidade de alteração no seu posicionamento.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade da exposição de juros

As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, exceto aqueles atrelados à TJLP e os contratados em moeda estrangeira, são atrelados à taxa de juros pós-fixada.

	Indexador	31/03/2012	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
			Taxa a.a.	Efeito no resultado	Taxa a.a.	Efeito no resultado	Taxa a.a.	Efeito no resultado
<u>Aplicações Financeiras</u>								
CDB´s		391	11,50%	45	12,65%	49	13,80%	54
<u>Financiamentos</u>								
Capital de giro/Financ.	CDI	56.787	11,50%	(6.531)	12,65%	(7.184)	13,80%	(7.837)
Badesc	TJLP	6.160	6,25%	(385)	6,88%	(424)	7,50%	(462)
BNDES	TJLP	2.603	6,25%	(163)	6,88%	(179)	7,50%	(195)
Prodec	-	15.039	2,00%	(301)	2,00%	(301)	2,00%	(301)
Finep	-	2.869	5,00%	(143)	5,00%	(143)	5,00%	(143)
Efeito no resultado				(7.477)		(8.181)		(8.884)

c) Risco de crédito:

A política de gerenciamento do risco de crédito se pauta no permanente monitoramento e manutenção das concessões e limites de crédito, adotando, quando necessário, o acompanhamento do nível de endividamento e liquidez dos clientes.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito avaliadas por agências independentes de rating.

d) Risco de preço dos materiais:

Para se proteger do risco de perdas com flutuações nos preços dos materiais, a administração da Companhia mantém sua estratégia focada no controle físico dos estoques, adotando a política de estocagem na eminência de elevações significativas no preço da matéria-prima, e de baixas posições de estoque na situação inversa.

e) Risco de liquidez:

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos.

f) Gestão de risco de capital:

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

h) Derivativos:

A Companhia, em novembro de 2010, contratou 16 operações de swaps (NDF – Non Deliverable Forwards) no total de US\$ 194 mil, relativo aos juros de uma operação de crédito denominada Cédula de Crédito à Exportação (NCE), com o objetivo de mitigar riscos da desvalorização da moeda Real frente ao Dólar Norte Americano. Essa operação faz com que esses juros, inicialmente sujeito a variação da moeda norte americana, se convertam em Reais, ou seja, passam a representar o montante de R\$ 875 mil fixos vencíveis até novembro de 2014. Em 31 de março de 2012 restam 11 operações que representa o montante de US\$ 93 mil (R\$ 421 mil fixos). Os valores em Reais estão reconhecidos nas informações trimestrais.

Notas Explicativas

Adicionalmente, em setembro de 2011, a Companhia contratou outras 16 operações de swaps (NDF – Non Deliverable Forwards) no total de US\$ 747 mil com o mesmo objetivo citado no parágrafo anterior. A Companhia vem reconhecendo a variação dos instrumentos financeiros no resultado do período. Essa operação faz com que esses juros, inicialmente sujeito a variação da moeda norte americana, se convertam em Reais, ou seja, passam a representar o montante de R\$ 3.328 mil fixos vencíveis até novembro de 2014. Em 31 de março de 2012 restam 14 operações que representa o montante de US\$ 577 mil (R\$ 2.957 mil fixos). Os valores em Reais estão reconhecidos nas informações trimestrais.

5. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	31/03/2012	31/12/2011
Caixa	1	1
Banco conta movimento	53	447
Total de caixa e equivalente a caixa	54	448
	31/03/2012	31/12/2011
Banco conta corrente vinculada a empréstimos	5.733	6.180
Fundo de liquidez – CDB	391	375
Títulos de capitalizações	73	69
Total de bancos e aplicações financeiras	6.197	6.624
Circulante	5.832	5.660
Não circulante	365	964

Em 31 de março de 2012 as aplicações financeiras estavam aplicadas em CDBs sendo remuneradas por taxas de 0,75% a 0,95% do CDI (0,80% a 1,00% do CDI em 31 de dezembro de 2011). Tais taxas podem ter referência diária ou mensal, dependendo a característica da aplicação na instituição financeira.

Em 31 de março de 2012 a Companhia possui um saldo de R\$5.733 bloqueados e mantidos como garantia para os empréstimos contratados (R\$6.180 em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

6. Clientes

	31/03/2012	31/12/2011
Contas a receber de clientes mercado interno	17.496	17.599
Contas a receber de clientes mercado externo	5.123	6.663
Total do contas a receber	22.619	24.262
Provisão para devedores duvidosos	(451)	(451)
Total de clientes	22.168	23.811

Aging-list contas a receber de clientes

	31/03/2012	31/12/2011
Títulos a vencer superior a 90 dias	156	214
Títulos a vencer até 90 dias	17.580	14.340
Vencidos em até 90 dias	2.310	6.585
Vencidos de 90 a 180 dias	254	609
Vencidos superior a 180 dias	2.585	2.514
Contas a receber de clientes	22.619	24.262

Não ocorreram movimentações na provisão para devedores duvidosos no período sobre análise.

7. Estoques

	31/03/2012	31/12/2011
Produtos acabados	8.576	8.268
Mercadorias para revenda	1.528	1.749
Mercadorias em consignação	2	2
Produtos em elaboração	4.129	2.686
Matéria prima	4.246	4.687
Almoxarifado	4.783	4.382
Provisão para estoques obsoletos	(232)	(232)
Total dos estoques	23.032	21.542

Não ocorreram adições na provisão para estoques obsoletos no período sobre análise.

Notas Explicativas**8. Impostos a recuperar**

	31/03/2012	31/12/2011
PIS a recuperar	698	820
COFINS a recuperar	2.591	3.157
ICMS a recuperar	1.028	1.036
IRRF a recuperar	102	101
Total impostos a recuperar	4.418	5.114
Circulante	4.173	4.737
Não circulante	245	377

9. Propriedades para investimento

	31/03/2012	31/12/2011
Terrenos mantidos para investimentos	13.678	13.678
Total impostos a recuperar	13.678	13.678

As propriedades para investimento são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por empresa especializada e independente em 31 de dezembro de 2011. Não ocorreram variações consideradas significativas sobre o período em análise.

10. Imobilizado

	Terrenos	Edifício e dependências	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e Utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Taxa anual de depreciação	-	3%	5%	14%	10%	10%	-	
Saldo em 31/12/2010	34.944	19.511	60.231	591	506	572	4.904	121.259
Adições	-	9	2.117	343	38	176	3.067	5.750
Baixas	-	-	(1)	-	-	(415)	(501)	(917)
Transferências	8	1.644	2.721	5	15	-	(4.393)	-
Depreciação	-	(572)	(5.591)	(187)	(87)	(132)	-	(6.569)
Baixas da depreciação	-	-	-	-	-	224	-	224
Saldo em 31/12/2011	34.952	20.592	59.477	752	472	425	3.077	119.747
Adições	-	-	138	9	6	-	1.247	1.400
Baixas	-	-	(326)	(17)	-	-	(193)	(536)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	0
Depreciação	-	(123)	(1.372)	(88)	(25)	(25)	-	(1.633)
Baixas da depreciação	-	-	-	13	-	-	-	13
Saldo em 31/03/2012	34.952	20.469	57.917	669	453	400	4.131	118.991

Nas informações intermediárias a depreciação foi lançada no resultado do período de três meses findos foi de R\$1.585 para custos, R\$17 para despesas comerciais e R\$31 para despesas administrativas (R\$6.403, R\$59, R\$107, respectivamente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011).

Os empréstimos e financiamentos bancários da Companhia estão garantidos por bens do Imobilizado, em sua maior parte por imóveis, máquinas e equipamentos, conforme nota explicativa de empréstimos.

Notas Explicativas**11. Intangível**

	Marcas e patentes	Programas de computador	Total
Taxa anual de amortização	-	20%	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	264	264
Adições	2	119	121
Baixas	-	-	-
Amortizações	-	(31)	(31)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2	352	354
Adições	-	-	-
Baixas	-	-	-
Amortizações	-	(9)	(9)
Saldo em 31 de março de 2012	2	343	345

A despesa com amortizações foi debitada ao resultado como R\$6 em “custo dos produtos vendidos”, o montante de R\$1 como “despesas comerciais” e montante de R\$2 como “despesa administrativas” para o período de três meses findos em 31 de março de 2012 (R\$24, R\$1, R\$6, respectivamente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011).

12. Fornecedores

	31/03/2012	31/12/2011
Fornecedores de mercadorias	12.059	12.440
Fornecedores de serviços	3.982	4.060
Total fornecedores	16.041	16.500
Aging-list de fornecedores	31/03/2012	31/12/2011
Títulos a vencer	7.250	7.067
Vencidos em até 90 dias	5.869	7.239
Vencidos em até 90 a 180 dias	1.266	864
Vencidos há mais de 180 dias	1.656	1.330
Fornecedores	16.041	16.500

Notas Explicativas**13. Empréstimos e financiamentos**

Modalidade	Juros mensal	Garantias	31/03/2012	31/12/2011
Capital de Giro	1,27%+CDI e 185% do CDI	Duplicata/Hipoteca /Trava	48.543	51.656
ACC		Aval	3.043	2.347
Conta Garantida	2,06% +CDI	Duplicata	8.509	8.545
Empréstimo	0,33% a 0,56% + TJLP	Hipoteca	6.161	6.276
Finame/Finep	0,21% a 0,41% + TJLP	Alienação Fiduciária	5.472	6.016
Financiamentos	1,72% a 1,90%	Alienação Fiduciária	334	334
Leasing	0,66% a 1,74%	Alienação Fiduciária	770	1.090
Prodec	4% ao ano		15.039	14.726
Limite	2,7% a 9,4% ao ano		816	643
Total de empréstimos e financiamentos			88.687	91.633
Circulante			60.725	61.725
Não circulante			27.962	29.908
Por data de vencimento			31/03/2012	31/12/2011
Em até 6 meses			53.368	51.573
De 6 meses a 1 ano			7.357	10.152
De 1 a 2 anos			10.692	11.198
De 2 a 3 anos			7.741	8.406
De 3 a 4 anos			5.942	6.414
Acima de 4 anos			3.587	3.890
Total de empréstimos e financiamentos			88.687	91.633

As cláusulas restritivas, mantidas com as instituições financeiras, foram atendidas para o período findo em 31 de março de 2012.

Notas Explicativas**14. Obrigações sociais e trabalhistas**

	31/03/2012	31/12/2011
Salários a pagar	1.697	1.281
Provisão de Férias a Pagar e 13 salário	4.626	4.061
Encargos Sociais	15.576	14.759
Outros	1.451	1.975
Total obrigações sociais e trabalhistas	23.350	22.076

15. Obrigações tributárias

	31/03/2012	31/12/2011
PIS	927	745
COFINS	4.313	3.458
ICMS	5.352	5.025
Outros	61	146
Total obrigações sociais e trabalhistas	10.653	9.374

16. Parcelamento tributário

	31/03/2012	31/12/2011
PIS	1.154	1.178
COFINS	5.130	5.479
ICMS	2.558	2.423
INSS	11.358	11.676
FGTS	143	211
REFIS	163	457
Outros	2.338	115
Total parcelamento tributário	22.844	21.539
Circulante	7.186	6.397
Não circulante	15.658	15.142

- a) Em consonância com os benefícios estabelecidos pelo Parcelamento Tributário – Lei nº 11.941/09 a Companhia optou pelo parcelamento em 30 de novembro de 2009, onde foram migrados débitos remanescentes do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS e débitos tributários e previdenciários não parcelados anteriormente e que estavam sendo discutidos judicialmente. A consolidação do REFIS IV ocorreu em 27/06/2011. O parcelamento será pago em parcelas mensais e consecutivas corrigidas pela Selic.
- b) Os demais tributos foram negociados individualmente com os órgãos competentes e estão registrados para refletir os acordos firmados entre a Companhia e os órgãos e suas parcelas devidamente registradas entre curto e longo prazo.

Notas Explicativas**17. Imposto de renda e contribuição social****a) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos**

	31/03/2012	31/12/2011
Prejuízos fiscais (i)	14.918	13.743
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	153	153
Provisão para estoque obsoleto	79	79
Provisão multas e juros (INSS, IRRF, PIS, COFINS, ICMS)	1.686	1.662
Provisão para demandas judiciais	607	631
Ativo diferido (Adoção CPC 04 - RTT)	107	122
Arrendamento mercantil (Adoção CPC 06 - RTT)	(377)	(326)
Custo atribuído (Adoção CPC 37 - RTT)	(18.370)	(18.542)
Depreciação societária (Adoção CPC 27 - RTT)	(1.773)	(1.567)
Propriedade para investimento (Adoção CPC 28 - RTT)	(3.976)	(3.976)
Reserva de reavaliação	(624)	(634)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(7.570)	(8.655)
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	(7.570)	(8.655)

(i) Prejuízos fiscais

A Companhia apresenta prejuízo fiscal de R\$43.887 e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de R\$43.848, representando um IR Diferido a compensar no montante de R\$14.918 (R\$40.433, R\$40.393 e R\$13.743, respectivamente em 31 de dezembro de 2011). Esses prejuízos se referem a operação da Companhia que apresenta histórico de prejuízos e não prescrevem. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. A Administração da Companhia preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis pela Companhia, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi examinado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2012, a Companhia possui crédito fiscal de CSLL e IRPJ sobre crédito sobre base negativa no valor de R\$14.918, apurado conforme legislação vigente. A expectativa de realização é a que segue:

Ano	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2012	492	170	662
2013	503	181	684
2014	716	258	974
2015	907	327	1.234
2016	1.198	431	1.629
2017	1.426	513	1.939
2018	2.043	735	2.778
2019	2.043	735	2.778
2020	1.641	599	2.240
Total prejuízo fiscal realizável	10.969	3.949	14.918

b) Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social pelo lucro real. A provisão para imposto de renda foi constituída com alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e da contribuição social com alíquota de 9%.

	31/03/2012	31/03/2011
Prejuízo antes do IR e CS	(3.964)	(3.422)
Imposto de renda e contribuição social (34%)	1.348	1.163
Brindes	(18)	(31)
Propaganda	(29)	(45)
Multas	(213)	(890)
Outras diferenças permanentes (não dedutíveis)	(2)	(36)
Tributos não contabilizados (IR e CS sobre prejuízo fiscal)	-	(193)
Imposto de renda e contribuição social efetivo	1.086	(32)
Corrente	-	-
Diferido	1.086	(32)
Alíquota efetiva	(27,40%)	15,44%

Notas Explicativas

18. Provisão para contingências

A Companhia mantém provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco “provável” pelos assessores jurídicos externos. A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão.

	Trabalhista	Cíveis	Total
Salto em 31 de dezembro de 2010	-	1.725	1.725
Constituição de provisões	130	-	130
Reversão de provisões	-	-	-
Provisões utilizadas	-	-	-
Salto em 31 de dezembro de 2011	130	1.725	1.855
Constituição de provisões	-	-	-
Reversão de provisões	-	-	-
Provisões utilizadas	-	-	-
Salto em 31 de março de 2012	130	1.725	1.855
Depósitos judiciais relacionadas	(98)	(127)	(225)
Provisões para contingências, líquidas	32	1.598	1.630

Adicionalmente a Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como perdas possíveis, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31/03/2012
Ações trabalhistas	1.809
Ações cíveis	1.950
Ações tributárias	2.633
Total de perdas possíveis	6.392

Cabe ressaltar que tais valores tem cunho apenas informativo, não havendo provisão contábil para tais causas, ao menos uma vez ao ano a Companhia realiza a atualização formal de seus consultores externos a fim de certificar da situação de seus processos e, mensalmente, o departamento jurídico realizada as análises necessárias para obter entendimento do avanço das causas.

Notas Explicativas

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, pertencente a acionistas domiciliados no País, é de R\$ 9.214, sendo composto por 343.000 (trezentas e quarenta e três mil) ações ordinárias escriturais e 240.000 (duzentas e quarenta mil) ações preferenciais escriturais, totalizando 583.000 ações. As ações preferenciais, sem direito a voto nas assembleias gerais, gozam dos seguintes direitos e privilégios:

- Prioridade no reembolso de dividendos, não cumulativos.
- Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.
- Participação nos aumentos de capital, em igualdade de condições com os demais acionistas e na capitalização de todas as reservas.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

A conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial recebem o lançamento do custo atribuído ao imobilizado registrado na data de transição ao IFRS, que está sendo realizado contra Lucros Acumulados proporcionalmente a depreciação dos bens que lhe deram origem em complemento a reavaliação dos bens realizada em 1994, pelo valor de mercado.

No período de três meses findos em 31 de março de 2012, foram realizados o montante de R\$ 354 (R\$1.574 em 31 de dezembro de 2011) referente reavaliação e custo atribuído e contabilizado na conta de Lucros Acumulados.

20. Transações e saldos entre partes relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

	31/03/2012	31/12/2011
Adiantamentos aos administradores (Ativo não circulante)	1.317	1.301
Pró-labore (Passivo circulante)	44	-

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da Companhia foi atribuída à remuneração dos administradores, sendo esta remuneração caracterizada como benefício de curto prazo. Os demais tipos de remuneração listados no CPC 05 – Divulgação Sobre Partes Relacionadas, não são aplicados.

	Membros	31/03/2012	31/03/2011
Conselho de administração	3	260	260
Diretoria administrativa	2	355	304
Previdência privada		1	1
		616	565

Em 31 de março de 2012 a administração da Companhia era composta por 3 conselheiros e 2 diretores estatutários. Os membros do Conselho de Administração foram remunerados respeitando os limites informados no formulário de referência. Todas as transações com partes relacionadas foram realizadas de acordo com os parâmetros de mercado.

Notas Explicativas**21. Receita de vendas**

	31/03/2012	31/03/2011
Receita reposição/revenda mercado interno	15.179	13.506
Receita montadora mercado interno	17.266	27.015
Receita mercado externo	5.278	3.479
Receita venda sucata	28	41
Receita operacional bruta	37.751	44.041
(-) Deduções e abatimentos	(334)	(727)
(-) Impostos sobre as vendas	(8.519)	(9.975)
Receita operacional líquida	28.898	33.339

22. Despesas operacionais, por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Despesas por Natureza	31/03/2012	31/03/2011
Custos dos produtos/serviços vendidos	(22.741)	(25.457)
Despesas com vendas e distribuição	(2.906)	(2.695)
Despesas gerais e administrativas	(1.962)	(1.891)
Outras receitas e despesas	251	206
Total despesas por natureza	(27.358)	(29.837)

Despesa por função	31/03/2012	31/03/2011
Custos dos bens e serviços	(3.572)	(5.799)
Despesa com vendas	(1.924)	(1.655)
Despesa com folha de pagamento	(12.388)	(11.562)
Despesa administrativa	(8.115)	(9.576)
Despesa com depreciação	(1.642)	(1.702)
Outras receitas e despesas operacionais	283	457
Total despesas por função	(27.358)	(29.837)

Notas Explicativas**23. Outras receitas e despesas operacionais**

	31/03/2012	31/03/2011
Recuperação de receita	246	198
Receitas diversas	8	8
Despesas diversas	(4)	-
Total outras receitas e despesas	251	206

24. Resultado financeiro líquido

	31/03/2012	31/03/2011
Receitas financeiras		
Variação cambial ativa	838	280
Empréstimos subsidiados	259	188
Receitas sobre aplicação financeira	15	26
Juros recebidos	24	38
Descontos obtidos	1	3
Outras receitas financeiras	2	1
Total receitas financeiras	1.138	536
Despesas financeiras		
Multa e juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.019)	(4.516)
Multa e juros sobre impostos	(1.344)	(2.536)
Variação cambial	(1.019)	(265)
Descontos concedidos	(15)	(3)
IOF	(73)	(61)
Outras despesas	(171)	(79)
Total despesas financeiras	(6.642)	(7.460)
Resultado financeiro líquido	(5.504)	(6.924)

25. Lucro por ação

A Companhia apresenta o mesmo valor do resultado, básico e diluído, por não possuir ações potenciais diluídas:

	31/03/2012	31/03/2011
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	(2.878)	(3.454)
Ações ordinárias em poder dos acionistas (em ações)	343.000	343.000
Ações preferenciais em poder dos acionistas (em ações)	240.000	240.000
Resultado básico e diluído por ação ordinária – R\$	(4,94)	(5,92)
Resultado básico e diluído por ação preferencial – R\$	(4,94)	(5,92)

Notas Explicativas

26. Informação por segmento

Os segmentos operacionais apresentados são consistentes com a informação financeira utilizada para elaborar a divulgação, sendo a mesma revisada pela diretoria responsável pelas decisões operacionais da entidade, que toma decisões sobre recursos a alocar ao segmento e avalia o seu desempenho.

	Reposição		Montadora		Exportação		Total	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Receita líquida	9.550	8.805	14.143	21.055	5.205	3.479	28.898	33.339
Custos sobre vendas	(6.902)	(5.353)	(11.562)	(16.880)	(4.277)	(3.224)	(22.741)	(25.457)
Lucro/Prejuízo	(665)	(113)	(1.758)	(2.400)	(455)	(941)	(2.878)	(3.454)

A Companhia não possui controles/informações gerenciais para apresentar ativos e passivos alocados por segmentos.

27. Cobertura de seguros

A Companhia trabalha continuamente com a identificação, análise e administração de riscos, verificando a melhor forma de gerenciamento de transferência, absorção ou compartilhamento do risco com o mercado segurador. As premissas de análise de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. As apólices de seguro são emitidas apenas em Companhias de seguro de primeira linha que possam atender a Companhia nas localidades aonde possuímos operações.

Os bens estão assegurados conforme discriminado a seguir:

Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Casco (avaliado pelo valor de mercado conforme tabela FIPE)	Veículos	R\$ 220	De 05/03/2012 a 05/03/2013
Incêndio, inclusive quando decorrente de tumulto, explosão de qualquer natureza e queda de raio, desde que ocorrida dentro da área do terreno ou edifício onde estiverem localizados os bens segurados, danos elétricos, lucros cessantes, responsabilidade civil do empregador e operações, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos terrestres e aéreos e fumaça.		R\$ 96.000	De 20/03/2012 a 20/03/2013
	Prédio / Maquinismo / Móveis e Utensílios / Mercadorias e Matérias-primas		

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.
Rio do Sul, SC

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Metalúrgica Riosulense S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21 – Demonstração Interina e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Nível de endividamento

A Companhia apresenta elevado nível de endividamento relacionado a empréstimos, financiamentos, tributos e encargos sociais, que desequilibra seu índice de liquidez de curto prazo. Conforme mencionado na nota explicativa número 1, a Administração vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial e para a recuperação da sua lucratividade. O sucesso dessas medidas é importante para permitir que a Companhia honre os compromissos assumidos com os credores. As presentes informações trimestrais foram elaboradas no pressuposto do sucesso dessas medidas e, conseqüente, continuidade das operações da Companhia, e não incluem quaisquer ajustes e reclassificações de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso das medidas mencionadas na nota explicativa número 1.

Outros assuntos

Informações trimestrais de 31 de março de 2011, comparativas

Os valores correspondentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes, os quais emitiram relatório de revisão datado de 11 de maio de 2011, que não conteve qualquer modificação.

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Blumenau (SC), 15 de maio de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.

CRC SP-015199/O-6 S-SC

Marcos Antonio Quintanilha
Contador CRC-1-SP 132.776/O-3-T-SC

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos para os devidos fins e efeitos, de que os relatórios publicados foram por nós preparados e refletem a realidade das nossas operações, com os esclarecimentos adicionais feitos através das notas explicativas.

Declaramos ainda de que não há e não houve nenhum fato relevante que possa comprometer os relatórios publicados.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com as disposições na Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu e revisou as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2012, e concordou com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes.